

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 90.002/2026**  
**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL**  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 5/2026)

**EDITAL**

Torna-se público que o **Conselho Federal de Serviço Social/CFESS**, sediado no SHS - Quadra 6 – Complexo Brasil 21 – Bloco E – Sala 2001 - CEP- 70322-915 – Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**UASG da Contratante: 926614**

**Data da sessão: 26/03/2026**

**Horário: 13:00**

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1 DO OBJETO**

**1.1** Contratação para aquisição e instalação de 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema central do Complexo Brasil 21.

**1.2** A licitação será processada para a contratação de um item único.

**1.3** O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas no Termo de Referência.

**1.4** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e está vinculado à completa execução e recebimento definitivo do objeto, conforme estabelece o Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

**1.5** O prazo para a execução física do objeto — que inclui a entrega, instalação e testes de aceitação dos 15 (quinze) detectores de fumaça — será de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.

**1.6** A sede do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, está situada no Setor Hoteleiro Sul (SHS), Quadra 6, Complexo Brasil 21, Bloco E, Sala 2001, CEP- 70322-915, Asa Sul, Brasília/DF, no horário das 12h às 18h.

## **2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF - e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**2.1** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.2** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.3** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.4** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.5** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.6** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

**3.3** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.3.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**3.3.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.5** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.5.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.6** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**3.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor total do item;

4.1.2. nome do item;

4.1.3. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

**5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

**5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.23.** Esgotados todos os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor será feita por sorteio, de forma automática e oficial pelo sistema “Compras.gov.br” em ato público (Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024, que alterou a Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022).

**5.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**5.24.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.24.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.25.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU – disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU – Disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.9.** Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.13.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.14.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.15.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.16.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.3.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia.

**7.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.6** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7.7** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.8** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.9** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.9.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).



**7.10** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**7.10.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**7.11** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.11.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.11.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**7.12** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.12.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.12.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.13** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**7.13.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.13.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.14** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.15** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.



**7.16** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.17** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**7.18** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8 DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do CFESS.

## **9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- 9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

- 9.2.1. **Advertência**, aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.2. **Multa moratória** de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, configurando inexecução total da obrigação, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
- 9.2.3. **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 9.2.5. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo de até 3 (três) anos, com registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, no caso da Administração Pública Federal, também no SICAF, com efeitos em âmbito nacional;

**9.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, a qual somente será concedida após ressarcimento integral dos prejuízos causados e decorrido o prazo mínimo de 3 (três) anos, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será precedida de **processo administrativo** que assegure à **CONTRATADA** o **contraditório e a ampla defesa**, observado o procedimento previsto no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo seus parágrafos, e, de forma subsidiária, na **Lei nº 9.784/1999** ou na legislação federal específica que discipline o processo administrativo. O prazo para apresentação de defesa será de **no mínimo 15 (quinze) dias úteis** quando se tratar da aplicação de multa, contado a partir da notificação.

9.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 e 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as empresas ou profissionais que:

9.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos ou contribuições de qualquer natureza;

9.7.2. tenham praticado atos ilícitos com o objetivo de frustrar o caráter competitivo da licitação, dificultar ou fraudar sua execução ou obter vantagem indevida;

9.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em razão de atos ilícitos praticados que tornem inconveniente ou desaconselhável sua contratação.

9.8. A autoridade competente, ao aplicar as sanções previstas nesta contratação, deverá considerar a gravidade da infração, as circunstâncias do fato, a extensão do dano causado à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e o caráter educativo da penalidade, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da finalidade pública, nos termos dos arts. 156, §1º, 158 e 160 da Lei nº 14.133/2021.

9.9. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, produzindo efeitos em âmbito nacional, e, no âmbito da Administração Pública Federal, também no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para fins de controle e consulta pelos demais órgãos e entidades.

9.10. O atraso na execução do objeto do contrato superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a **rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas**, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Item.

9.11. Aplicam-se também as disposições da Lei nº 14.133/2021 **não explicitamente mencionadas neste instrumento**, bem como quaisquer outras normas correlatas que disciplinem sanções, procedimentos administrativos, reabilitação ou responsabilidades da CONTRATADA.

## **10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o seguinte e-mail: [cpl@cfess.org.br](mailto:cpl@cfess.org.br).

**10.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE ([ART. 92, V](#))**

**11.1** Os preços contratados são **fixos e irreeajustáveis** durante todo o prazo de vigência, em razão da natureza do objeto e da duração contratual não superior a 12 (doze) meses.

## **12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br).

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Brasília-DF, 13 de março de 2026.

---

**Daniel Soares de Assis**  
Agente e Contratação

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - UASG: 926614**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 5/2026)**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (ART. 6º, XXIII, A)**

1.1. O objeto do presente procedimento licitatório é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição e instalação de 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema central do Complexo Brasil 21, nos termos, condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2. Tal contratação visa a atender à notificação emitida pelo condomínio do edifício 21 quanto à necessidade de adequação do sistema de detecção de incêndio, mediante a instalação de detectores de fumaça em 15 (quinze) salas da sede que ainda não dispõem desses equipamentos.

1.3. O sistema de segurança do prédio opera de forma centralizada, motivo pelo qual o condomínio exige que sejam instalados exclusivamente detectores compatíveis, dentre os seguintes modelos autorizados:

- Modelo 2951J – Johnson Controls;
- Modelo FSP-951 – Notifier.

1.4. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e está vinculado à completa execução e recebimento definitivo do objeto, conforme estabelece o Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo para a execução física do objeto — que inclui a entrega, instalação e testes de aceitação dos 15 (quinze) detectores de fumaça — será de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Os serviços a serem contratados classificam-se como serviços comuns, nos quais os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

1.8. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CFESS, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta entre as partes.

**2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS (ART. 6º, XXIII, B)**

2.1. A presente contratação fundamenta-se nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) elaborados pela área demandante, os quais identificaram a necessidade de aquisição e instalação de 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema central de detecção de incêndio do Complexo Brasil 21, onde se localiza a sede do CFESS.

2.2. Os ETP apontaram que, em atendimento à notificação emitida pelo condomínio do edifício, o CFESS deve promover a adequação do sistema de segurança contra incêndio, uma vez que ainda existem salas sem cobertura de detecção automática de fumaça.

2.3. Tal lacuna representa risco operacional, patrimonial e de segurança às pessoas que utilizam as dependências do Conselho, além de descumprimento das normas internas de prevenção e combate a incêndio do empreendimento.

2.4. Durante a análise técnica, verificou-se que o sistema de detecção de incêndio do prédio é centralizado e opera com tecnologia proprietária, fato que restringe os equipamentos compatíveis aos modelos Johnson Controls 2951J e Notifier FSP-951, ambos oficialmente homologados pelo condomínio.

2.5. Essa restrição técnica foi devidamente justificada nos ETP e fundamenta a especificação detalhada dos itens no Termo de Referência, sem prejuízo ao caráter competitivo do certame.

2.6. Os estudos também demonstraram que a contratação contempla tanto o fornecimento dos equipamentos quanto a instalação, configuração e testes de funcionamento, por demandarem integração com o sistema central do prédio e execução por empresa tecnicamente habilitada.

2.7. A pesquisa de preços realizada e anexada aos Estudos Técnicos Preliminares confirmou a compatibilidade de valores praticados no mercado para a contratação pretendida, bem como a viabilidade da aquisição por meio de procedimento licitatório, respeitando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

2.8. Diante do exposto, concluiu-se que a contratação é necessária, adequada, tempestiva e vantajosa, além de indispensável para assegurar a conformidade do CFESS com normas de segurança predial e para garantir condições adequadas de prevenção de incêndios no ambiente de trabalho. Por não conter dados sigilosos, o extrato dos Estudos Técnicos Preliminares pode ser integralmente divulgado, atendendo ao disposto no art. 6º, XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.



2.9. Registra-se que a presente contratação **não constava do Plano de Contratações Anual (PCA)** do CFESS. Isso porque a demanda surgiu **de forma inesperada e extraordinária**, em razão da notificação do condomínio, caracterizando-se como **necessidade emergencial** de adequação do sistema de segurança do edifício.

2.10. Os Estudos Técnicos Preliminares evidenciam que não haveria como prever essa necessidade no planejamento anual, razão pela qual a contratação se justifica mesmo fora do PCA, em conformidade com o art. 12, §3º, da IN SEGES/ME nº 58/2022, que admite contratações não previstas quando decorrentes de situações supervenientes.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, C)**

3.1. A solução proposta consiste na aquisição e instalação de 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema centralizado de detecção de incêndio do Complexo Brasil 21, assegurando a plena integração dos equipamentos com a infraestrutura existente e garantindo o atendimento às normas internas de segurança predial.

3.2. O ciclo de vida da solução envolve as seguintes etapas:

#### **AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

3.3. Inclui o fornecimento dos detectores de fumaça nos modelos 2951J (Johnson Controls) ou FSP-951 (Notifier), ambos homologados pelo condomínio do edifício. Os equipamentos deverão ser novos, originais, possuir certificações aplicáveis, e estar acompanhados de manuais técnicos, quando disponíveis.

#### **ENTREGA, INSTALAÇÃO E INTEGRAÇÃO**

3.4. A solução contempla:

3.4.1. a entrega dos equipamentos no endereço da sede do CFESS;

3.4.2. a instalação física dos detectores de fumaça nas 15 (quinze) salas indicadas nos Estudos Técnicos Preliminares;

3.4.3. o cabeamento, interligação e integração dos dispositivos ao sistema central de detecção do prédio;

3.4.4. a realização de testes de aceitação e funcionamento, em conjunto com a administração do condomínio, assegurando a compatibilidade plena dos componentes instalados.

3.5. A contratada deverá observar as boas práticas de engenharia, segurança e manutenção, além das exigências técnicas próprias do sistema existente.

3.6. Uma vez instalados, os detectores integrarão o sistema de proteção contra incêndio do edifício, permitindo:

- a detecção automática de fumaça;
- a comunicação imediata com o painel central do prédio;
- o acionamento das rotinas de segurança definidas pelo condomínio.

3.7. Essa operação contínua é fundamental para garantir a proteção das pessoas, do patrimônio e a conformidade com as normas de prevenção contra incêndio.

3.8. A instalação correta, a compatibilidade com o sistema central e a execução dos testes de aceitação são essenciais para evitar falhas prematuras e reduzir custos futuros de substituição.

#### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, D)**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência das garantias descritas no Capítulo III da Lei nº 14.133/21, uma vez que o pagamento à CONTRATADA será realizado somente após o recebimento dos serviços prestados.

4.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.4. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos necessários para garantir a adequada execução do objeto, conforme especificado a seguir:

##### **REQUISITOS TÉCNICOS**

4.5. Os detectores de fumaça a serem fornecidos deverão ser novos, originais, certificados e compatíveis com o sistema central de detecção de incêndio do Complexo Brasil 21, obedecendo aos modelos homologados pelo condomínio:

- Modelo 2951J – Johnson Controls;
- Modelo FSP-951 – Notifier.

4.6. A instalação deverá abranger todos os serviços necessários para o pleno funcionamento dos dispositivos, incluindo:

- fixação, cabeamento, conexão e parametrização;
- integração com o painel central do prédio;
- testes de aceitação em conjunto com o condomínio.

4.7. A empresa contratada deverá observar as normas técnicas aplicáveis, incluindo ABNT/NBR referentes a sistemas de detecção e alarme de incêndio, quando compatíveis com o sistema proprietário do edifício.

##### **REQUISITOS OPERACIONAIS**

4.8. A contratada deverá apresentar profissionais habilitados e com experiência comprovada na instalação e integração de sistemas de detecção de incêndio.

4.9. A instalação deverá ocorrer sem prejuízo às atividades do CFESS, observando horários e orientações definidos pela administração do condomínio.

4.10 A contratada deverá garantir a integridade das instalações físicas e dos demais sistemas existentes, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de sua atuação.

#### REQUISITOS DE SEGURANÇA

4.11. Todos os serviços deverão ser realizados respeitando normas de segurança do trabalho, com uso de EPI e procedimentos adequados.

4.12. A empresa deverá seguir obrigatoriamente as orientações técnicas e operacionais fornecidas pelo condomínio do Complexo Brasil 21, que detém a gestão do sistema central de detecção de incêndio.

#### REQUISITOS DE ENTREGA E COMPROVAÇÃO

4.13. Após a instalação, deverá ser emitido relatório técnico contendo:

- a identificação dos equipamentos instalados;
- a localização de cada dispositivo;
- a descrição dos testes realizados;
- a confirmação de integração ao sistema central.

4.14. O recebimento definitivo estará condicionado ao pleno funcionamento dos detectores e à homologação técnica pelo condomínio, quando aplicável.

#### REQUISITOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

4.15. A contratada deverá atender às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.16. Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando substituição em caso de falhas não decorrentes de uso inadequado.

4.17. O contrato deverá observar o prazo de execução de até 30 dias corridos após sua assinatura, conforme definido neste Termo de Referência.

4.18. O não atendimento a qualquer dos requisitos acima poderá ensejar a desclassificação da proposta, a rescisão contratual ou a aplicação das sanções previstas em lei e no edital, garantindo-se a prevalência do interesse público e a proteção integral das instalações do CFESS e da saúde e segurança de seus trabalhadores.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO (ART. 6º, XXIII, E)**

5.1. A execução do objeto ocorrerá de forma integral, abrangendo todas as etapas necessárias para garantir que os detectores de fumaça adquiridos sejam devidamente instalados, integrados ao sistema central do Complexo Brasil 21 e entregues em pleno funcionamento.

5.2. O modelo de execução está estruturado conforme as fases abaixo:

### **FASE INICIAL – PLANEJAMENTO, VALIDAÇÃO TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO**

5.3. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá realizar reunião inicial (kick-off) com o CFESS e, quando necessário, com a administração do condomínio do Complexo Brasil 21, para alinhar cronograma, responsabilidades, procedimentos técnicos e regras de acesso ao edifício.

5.4. A contratada poderá realizar visita técnica preliminar às instalações onde ocorrerá a execução dos serviços, para confirmar pontos de instalação, condições estruturais, necessidades de cabeamento e eventuais restrições técnicas.

5.5. Será necessária a apresentação de um plano de execução, contendo:

- etapas detalhadas;
- cronograma;
- lista de materiais a serem utilizados;
- equipe técnica envolvida.

### **FASE DE FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

5.6. Os detectores de fumaça deverão ser entregues na sede do CFESS, devidamente embalados, identificados e acompanhados de documentação técnica, quando aplicável.

5.7. A contratada deverá comunicar formalmente a entrega, permitindo o recebimento provisório pelo CFESS.

### **FASE DE INSTALAÇÃO E INTEGRAÇÃO**

5.8. A contratada deverá proceder à instalação dos 15 (quinze) detectores de fumaça nos locais indicados, seguindo as normas técnicas aplicáveis e as orientações do condomínio, que detém a gestão do sistema central.

5.9. A instalação inclui:

- fixação e montagem;
- cabeamento necessário;
- conexão ao sistema central;
- parametrização e endereçamento dos dispositivos;
- adequações técnicas indispensáveis ao funcionamento.

5.10. Eventuais intervenções em infraestrutura (como pequenas aberturas, ajustes e suportes) deverão ser realizadas sem causar danos às instalações.

#### FASE DE TESTES DE FUNCIONAMENTO

5.11. Concluída a instalação, deverão ser realizados testes operacionais completos, em conjunto com a administração do condomínio, que confirmem a comunicação dos detectores com o painel central e o pleno funcionamento do sistema.

5.12. Os testes deverão ser registrados em **relatório técnico**, com fotos, identificação dos pontos e descrição dos resultados obtidos.

#### FASE DE ENTREGA DOS RESULTADOS E RECEBIMENTO

5.13. Encerradas as etapas anteriores, o CFESS efetuará o **recebimento provisório**, condicionado à análise da documentação técnica e ao funcionamento adequado dos dispositivos.

5.14. O **recebimento definitivo** será realizado após a verificação de conformidade e validação final, que poderá incluir manifestação formal do condomínio atestando a correta integração ao sistema predial.

#### FASE DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

5.15. A contratada deverá assegurar a correção de eventuais falhas identificadas durante o período de garantia mínima de 12 meses, sem ônus adicional ao CFESS.

5.16. A conclusão do contrato ocorrerá após o recebimento definitivo e o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluindo a entrega dos relatórios e as garantias previstas.

5.17. O encerramento deverá ser formalizado em termo próprio, acompanhado dos registros de execução, para fins de arquivamento do processo.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE (ART. 6º, XXIII, F)**

6.1. A gestão do contrato será realizada pela fiscalização designada pelo CFESS, nos termos dos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, com foco no acompanhamento técnico da entrega dos equipamentos, da execução dos serviços de instalação e da verificação do funcionamento adequado do sistema.

### **ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO**

6.2. Compete aos fiscais técnico e administrativo:

- 6.2.1. acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais, prazos e especificações técnicas;
- 6.2.2. verificar a compatibilidade dos equipamentos entregues com os modelos exigidos e sua integridade;
- 6.2.3. acompanhar e validar as etapas de instalação e integração dos detectores ao sistema central do prédio;
- 6.2.4. solicitar correções, ajustes ou retrabalhos sempre que identificadas não conformidades;
- 6.2.5. registrar as ocorrências relevantes em relatório próprio;
- 6.2.6. atestar o recebimento provisório e definitivo, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

### **ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA**

6.3. A contratada deverá:

- 6.3.1. fornecer os detectores de fumaça novos, originais e compatíveis com o sistema central existente;
- 6.3.2. realizar a instalação completa, incluindo cabeamento, integração e testes operacionais;
- 6.3.3. atender às solicitações da fiscalização e corrigir eventuais falhas em até 5 (cinco) dias úteis;
- 6.3.4. emitir relatório técnico de instalação e testes;
- 6.3.5. garantir o funcionamento do sistema pelo período contratual;
- 6.3.6. indicar preposto, formalmente autorizado a responder pela contratada perante o CFESS, para acompanhamento da execução, recebimento de orientações, atendimento às solicitações da fiscalização e adoção imediata das providências necessárias à adequada realização do objeto, conforme art. 80, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

## MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

6.4. O monitoramento será feito de forma contínua durante o prazo de execução (até 30 dias), com verificações pontuais em cada fase:

- **Entrega dos equipamentos:** conferência quantitativa e qualitativa;
- **Instalação:** acompanhamento presencial e registro de não conformidades;
- **Testes operacionais:** validação do funcionamento e comunicação com o sistema central;
- **Relatório final:** análise do documento técnico entregue pela contratada.

## RECEBIMENTOS

6.5. Recebimento provisório: após a entrega, instalação e testes, condicionado ao atesto da fiscalização.

6.6. Recebimento definitivo: após a verificação de conformidade e o decurso do prazo necessário para confirmar o pleno funcionamento dos equipamentos, em observância ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

## COMUNICAÇÃO E REGISTROS

6.7. Toda comunicação entre CFESS e contratada será formalizada por meio eletrônico oficial, integrando o processo administrativo. A fiscalização manterá registros das etapas executadas, ocorrências, solicitações de ajustes e comprovantes de correção.

## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, G)

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor devido após a entrega e instalação dos itens, conforme especificações e prazos definidos neste Termo de Referência.

7.2. As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

7.2.1. A CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação de pagamento, acompanhado do comprovante de entrega e instalação devidamente atestado pela fiscalização, no endereço eletrônico: [financeiro@cfess.org.br](mailto:financeiro@cfess.org.br).

7.2.2. Caberá à fiscalização do CONTRATANTE atestar a entrega e a instalação dos itens, para fins de autorização do pagamento.

7.2.3. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pelo Setor de Gestão de Contratos do CFESS;

7.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

7.2.4.1. comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

7.2.4.2. comprovante da regularidade (ou não inscrição) para com a Fazenda Estadual/Distrital;

7.2.4.3. comprovante da regularidade (ou não inscrição) para com a Fazenda Municipal, caso houver.



7.2.4.4. comprovante da regularidade para com o FGTS; e

7.2.4.5. comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

7.2.5. Os comprovantes acima poderão ser substituídos por documentação emitida via SICAF (níveis de cadastramento II e III).

7.3. A CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.

7.4. A CONTRATADA deverá, se for o optante do SIMPLES, apresentar a declaração de optante do SIMPLES, conforme IN SRF 1234/2012.

7.5. A CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil a partir da apresentação da nota fiscal ao setor de contratos, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

7.6. No caso do não pagamento da nota fiscal até o 10º (décimo) dia útil, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 11º (décimo primeiro) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõem o art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

7.7. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante da proposta que originou este contrato.

## **8 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. A instalação deverá ser realizada em 15 quinze pontos na sede do CFESS, situada no Complexo Brasil 21, em área interna de escritório, com pé-direito padrão comercial.

8.2. O sistema de detecção de incêndio do edifício é centralizado e administrado pelo condomínio, exigindo compatibilidade estrita com os seguintes modelos de detectores:

- Modelo **2951J – Johnson Controls**; ou
- Modelo **FSP-951 – Notifier**.

8.3. A CONTRATADA deverá prever, em sua proposta, todos os materiais, ferragens, acessórios, cabos, conectores, testes, integrações e demais insumos necessários à instalação e perfeito funcionamento dos detectores na central existente.

8.4. A empresa licitante será responsável por realizar visita técnica, se entender necessário, para avaliar as condições reais de instalação, infraestrutura existente, acesso, altura e disposição dos pontos, não cabendo pleito posterior de reequilíbrio por desconhecimento das condições locais.

8.5. O condomínio exige que a instalação seja realizada por profissional ou equipe habilitada, com comprovação de experiência em sistemas centralizados de detecção de incêndio, devendo a CONTRATADA considerar esse requisito no dimensionamento de custos.

8.6. A proposta deverá incluir todos os custos indiretos, encargos, transporte, deslocamento, equipamentos, mão de obra, garantia, tributos e quaisquer outros itens necessários ao pleno atendimento do objeto.

8.7. A CONTRATADA será responsável por executar os testes de aceitação e garantir a comunicação e reconhecimento dos novos detectores na central do sistema do edifício, devendo prever esses procedimentos em sua composição de preços.

## **9 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, H)**

### **Forma de seleção**

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, modalidade de licitação adequada à contratação de bens e serviços comuns, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**. Essa forma de seleção garante maior competitividade, transparência e economicidade ao processo, permitindo que fornecedores de todo o território nacional participem do certame.

9.2. A escolha pelo pregão justifica-se pela natureza do objeto, uma vez que a aquisição e instalação de detectores de fumaça possuem características padronizáveis e objetivamente comparáveis, sendo possível adotar o critério de julgamento de menor preço sem prejuízo da qualidade técnica do serviço.

### **Critérios de julgamento**

9.3. O julgamento das propostas observará os princípios da isonomia, objetividade, transparência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos dos arts. 5º e 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O critério de julgamento a ser adotado será o de **menor preço global**, atendidas as condições técnicas e legais definidas no edital.

9.5. Em caso de empate, aplicar-se-ão os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, priorizando o benefício à microempresa e à empresa de pequeno porte.

9.6. Persistindo o empate, realizar-se-á um sorteio.

### **Exigências para habilitação**

9.7. A fase de habilitação tem como objetivo verificar se o licitante reúne condições jurídicas, fiscais, trabalhistas, sociais e técnicas para executar o objeto contratado.

### **Habilitação Jurídica**

9.8. A habilitação jurídica será comprovada conforme a natureza do licitante:

9.8.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.10. Os licitantes deverão comprovar regularidade mediante a:

9.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.13. Os licitantes deverão comprovar a qualificação econômico-financeira por meio da(o):

9.13.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.13.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.13.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.14. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.15. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.16. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.17. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.18. A qualificação técnica visa comprovar a capacidade do licitante em executar o objeto licitado.

9.19. Será exigida declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.20. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.21. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.21.1. Os atestados de capacidade técnica deverão ter sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços semelhantes ao objeto;

9.21.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

9.21.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

9.21.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.22. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.23. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO (ART. 6º, XXIII, I)**

10.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 11.930,10** (onze mil novecentos e trinta reais e dez centavos).

10.2. A definição desse valor considera pesquisa de preços destinada a estimar o valor da presente contratação, sendo realizada por meio de cotações diretas com distribuidores autorizados e pesquisas na internet, considerando a especificidade técnica do objeto.

10.3. Os valores estimados foram atualizados com base em nova pesquisa de preços realizada para o presente procedimento licitatório, após o fracasso do certame anterior, tendo os valores obtidos se mostrado mais compatíveis com os praticados no mercado.

10.4. Os modelos requeridos (equivalentes a **2951J** ou **FSP-951**) possuem características de compatibilidade e certificação que limitam sua comercialização a fornecedores credenciados, o que impede a obtenção de valores confiáveis em plataformas abertas.

10.5. Além disso, a demanda decorre de notificação do condomínio do Edifício 21 para adequação do sistema de detecção de incêndio, reforçando a necessidade de equipamentos corretos e certificados.

10.6. Por esses motivos, as cotações junto a distribuidores autorizados foram a forma mais adequada para definir o valor estimado da contratação. São elas:

a) **Empresa:** RSA SENSORES, CONTROLES, VÁLVULAS, ATUADORES E EQUIPAMENTOS

**CNPJ:** 15.199.974/0001-13

**Valor da proposta final:** R\$ 16.495,50.

b) **Empresa:** TEC AND TEC LATAM AMÉRICA LTDA

**CNPJ:** 19.132.916/0001-23

**Valor da proposta final:** R\$ 5.494,80.

c) **Empresa:** MC2/AQ3 ENGENHARIA

**CNPJ:** 32.926.437/0001-47

**Valor da proposta final:** R\$ 13.800,00.

10.7. A diferença observada entre os valores obtidos na pesquisa de preços decorre da utilização de dois modelos distintos de detectores de fumaça, ambos oficialmente aceitos pelo condomínio do Edifício 21 e tecnicamente compatíveis com o seu sistema central de prevenção e combate a incêndios.

10.8. O menor valor apresentado (R\$ 5.494,80) refere-se ao modelo **FSP-951**, da fabricante Notifier, enquanto as propostas de R\$ 13.800,00 e R\$ 16.495,50 correspondem ao modelo **2951J**, da fabricante Johnson Controls.

10.9. Considerando que se trata de linhas de produtos diferentes, cada qual com sua própria política comercial, cadeia de distribuição e estrutura de custos, é natural que exista variação significativa entre os preços de mercado.

10.10. Dessa forma, a discrepância observada entre os valores não configura inexistência, inconsistência ou sobrepreço, mas reflete as diferenças técnicas e comerciais inerentes aos dois modelos certificados e autorizados para instalação no edifício, em conformidade com os parâmetros de análise previstos na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020

10.11. Dessa forma, os preços coletados são considerados válidos e representativos das opções disponíveis no mercado para atendimento das exigências do condomínio, servindo adequadamente como base para definição do valor estimado da contratação.

## **11 FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato terão por finalidade verificar a conformidade da aquisição e da instalação dos 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema central do Complexo Brasil 21, assegurando que o fornecimento dos equipamentos e os serviços técnicos prestados atendam integralmente às especificações deste Termo de Referência e de seus anexos. A fiscalização será exercida por um ou mais agentes designados pela CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato deverá monitorar continuamente o padrão de qualidade dos equipamentos fornecidos e dos serviços de instalação, determinando à CONTRATADA a correção imediata de quaisquer faltas, falhas ou irregularidades constatadas, conforme previsto nos arts. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. O agente de fiscalização deverá registrar formalmente todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades contratuais pela CONTRATADA poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, conforme hipóteses estabelecidas no art. 137 da referida lei.

11.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA pela execução adequada e pela qualidade dos materiais fornecidos e serviços prestados, inclusive perante terceiros, sendo vedada qualquer transferência de responsabilidade à Administração ou a seus agentes, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

## **12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

12.2.1. **Advertência**, aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. **Multa moratória** de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, configurando inexecução total da obrigação, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

12.2.3. **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo de até 3 (três) anos, com registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, no caso da Administração Pública Federal, também no SICAF, com efeitos em âmbito nacional;

12.2.6. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, a qual somente será concedida após ressarcimento integral dos prejuízos causados e decorrido o prazo mínimo de 3 (três) anos, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será precedida de **processo administrativo** que assegure à CONTRATADA o **contraditório e a ampla defesa**, observado o procedimento previsto no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo seus parágrafos, e, de forma subsidiária, na **Lei nº 9.784/1999** ou na legislação federal específica que discipline o processo administrativo. O prazo para apresentação de defesa será de **no mínimo 15 (quinze) dias úteis** quando se tratar da aplicação de multa, contado a partir da notificação.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 e 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as empresas ou profissionais que:

12.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos ou contribuições de qualquer natureza;

12.7.2. tenham praticado atos ilícitos com o objetivo de frustrar o caráter competitivo da licitação, dificultar ou fraudar sua execução ou obter vantagem indevida;

12.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em razão de atos ilícitos praticados que tornem inconveniente ou desaconselhável sua contratação.

12.8. A autoridade competente, ao aplicar as sanções previstas nesta contratação, deverá considerar a gravidade da infração, as circunstâncias do fato, a extensão do dano causado à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e o caráter educativo da penalidade, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da finalidade pública, nos termos dos arts. 156, §1º, 158 e 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.9. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, produzindo efeitos em âmbito nacional, e, no âmbito da Administração Pública Federal, também no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para fins de controle e consulta pelos demais órgãos e entidades.

12.10. O atraso na execução do objeto do contrato superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a **rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas**, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Item.

12.11. Aplicam-se também as disposições da Lei nº 14.133/2021 **não explicitamente mencionadas neste instrumento**, bem como quaisquer outras normas correlatas que disciplinem sanções, procedimentos administrativos, reabilitação ou responsabilidades da CONTRATADA.

### **13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, j)**

13.1. As despesas para atender a este serviço correrão por conta da seguinte rubrica do orçamento vigente:

- CENTRO DE CUSTO: 02.01.01.01 - ATIVIDADE - Gestão Financeira e Administrativa do CFESS;
- CONTA: 6.2.2.1.1.01.04.03.001.012 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações.

---

**DANIEL SOARES DE ASSIS**  
Agente de Contratação  
Conselho Federal de Serviço Social

**CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - UASG: 926614  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 5/2026)**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (Art. 18, § 1º, I, Lei 14.133/2021)**

1.1 O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, autarquia federal com sede no Complexo Brasil 21, Brasília/DF, foi notificado pelo condomínio do edifício quanto à necessidade de adequação do sistema de detecção de incêndio, mediante a instalação de detectores de fumaça em 15 (quinze) salas da sede que ainda não dispõem desses equipamentos.

1.2 O sistema de segurança do prédio opera de forma centralizada, e o condomínio exige que somente **dois modelos de detectores compatíveis** sejam instalados:

- Modelo 2951J – Johnson Controls;
- Modelo FSP-951 – Notifier.

**Problema:** ausência de detectores de fumaça em algumas dependências da sede do CFESS, o que contraria as normas internas do condomínio e reduz o nível de segurança contra incêndios.

**Importância:** a adequação é necessária para garantir a segurança patrimonial e das pessoas, bem como para assegurar a conformidade técnica e legal com as normas condominiais e de prevenção contra incêndios.

**Consequência da não contratação:** o CFESS poderá sofrer notificações e sanções do condomínio, além de colocar em risco a integridade física de servidores, conselheiros e visitantes.

**Benefício:** a instalação dos detectores garantirá maior segurança, prevenção de sinistros e conformidade normativa, assegurando o funcionamento adequado da sede em harmonia com o sistema central do prédio.

**2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 18, § 1º, II, Lei 14.133/2021)**

2.1 A contratação não **está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA)** do CFESS, exercício 2026.

2.2 Caso ocorra a necessidade de inclusão formal, esta será devidamente registrada no PCA, uma vez que a demanda decorre de determinação condominial obrigatória, não prevista originalmente em razão de sua característica imprevista e corretiva.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III, Lei 14.133/2021).**

**Objeto:** aquisição e instalação de 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema central do Complexo Brasil 21.

#### **Requisitos mínimos:**

- Modelos aceitos: 2951J (Johnson Controls) ou FSP-951 (Notifier);
- Equipamentos originais, novos e certificados pelo fabricante;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- Instalação por empresa autorizada pelo condomínio e/ou fabricante;
- Fornecimento de relatório técnico final com certificação de compatibilidade e funcionamento.

**Prazo de execução:** até 30 (trinta) dias corridos após assinatura do contrato.

**Normas:** sistema deve atender às normas técnicas da **ABNT NBR 17240/2021** (sistemas de detecção e alarme de incêndio) e às exigências do condomínio.

3.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, modalidade de licitação adequada à contratação de serviços comuns, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**. Essa forma de seleção garante maior competitividade, transparência e economicidade ao processo, permitindo que fornecedores de todo o território nacional participem do certame.

### **4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (Art. 18, § 1º, IV, Lei 14.133/2021)**

**Quantidade total:** 15 (quinze) detectores de fumaça.

4.1 A estimativa baseia-se em levantamento interno do setor administrativo, conforme as salas da sede que não possuem detectores, atendendo integralmente à demanda indicada pelo condomínio. Não há interdependência direta com outras contratações. O cálculo é direto e proporcional ao número de ambientes identificados.

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (Art. 18, § 1º, V, Lei 14.133/2021)**

5.1 O levantamento de mercado identificou que há duas marcas/modelos compatíveis e autorizadas pelo sistema do prédio, sendo:

- 2951J (Johnson Controls) – reconhecido pela durabilidade e compatibilidade com sistemas inteligentes;
- FSP-951 (Notifier) – amplamente utilizado em sistemas de alarme de incêndio de grandes edificações.

5.2 Ambos apresentam características técnicas semelhantes, com alguma variação de preço. A pesquisa de mercado demonstrou que os valores unitários variam entre R\$ 350,00 e R\$ 1.100,00, conforme fornecedor e localidade.

5.3 Dessa forma, recomenda-se a realização de licitação (provavelmente na modalidade pregão eletrônico), para aquisição do item mais vantajoso e econômico, respeitando as especificações exigidas pelo condomínio.

**DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (Art. 18, § 1º, VI, Lei 14.133/2021)**

6.1 A pesquisa de preços destinada à definição do valor estimado da presente contratação foi atualizada por meio de cotações diretas com distribuidores autorizados, considerando a especificidade técnica do objeto e a necessidade de compatibilidade com o sistema existente no Complexo Brasil 21.

EMPRESA	MODELO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
RSA SENSORES, CONTROLES, VÁLVULAS, ATUADORES E EQUIPAMENTOS	2951J – Johnson Controls	15	1099,7	16495,5
TEC AND TEC LATAM AMÉRICA LTDA	FSP-951 – Notifier.	15	366,32	5494,8
MC2/AQ3 ENGENHARIA	2951J – Johnson Controls	15	920	13800

6.2. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 11.930,10** (onze mil novecentos e trinta reais e dez centavos).

Item	Quantidade	Valor Unitário Médio (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
Detector de fumaça (2951J ou FSP-951)	15	795,34	11.930,10
<b>Total Estimado</b>			<b>11.930,10</b>

6.3 A estimativa poderá ser atualizada mediante novas cotações antes da publicação do edital.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (Art. 18, § 1º, VII, Lei 14.133/2021)**

7.1 A solução envolve o fornecimento e instalação completa dos detectores de fumaça, incluindo:

- fornecimento de equipamentos originais e certificados;
- instalação física e integração com o sistema central do prédio;
- calibração e teste funcional supervisionado pelo condomínio;
- emissão de relatório técnico de conformidade;
- garantia e assistência técnica durante 12 meses.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, VIII, Lei 14.133/2021)**

8.1 Opta-se pela **contratação única (global)**, abrangendo o fornecimento e a instalação dos equipamentos.

8.2 O parcelamento não é recomendado, pois a separação das etapas de compra e instalação poderia gerar incompatibilidades técnicas, aumento de custos e perda de garantia.

8.3 A execução unificada garante a integridade do sistema e a responsabilização de um único fornecedor.



## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (Art. 18, § 1º, IX, Lei 14.133/2021)**

### **9.1 Resultados esperados:**

- **Economia:** aquisição pelo menor preço global, observando o princípio da vantajosidade;
- **Eficiência:** adequação técnica imediata às exigências condominiais, evitando sanções e retrabalhos;
- **Segurança:** mitigação de riscos de incêndio e proteção ao patrimônio público;
- **Aproveitamento de recursos humanos:** desonera o corpo técnico do CFESS de realizar ajustes manuais ou emergenciais de segurança.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (Art. 18, § 1º, X, Lei 14.133/2021)**

### **10.1 Antes da assinatura do contrato:**

- Designar gestor e fiscal técnico do contrato;
- Capacitar a equipe responsável na fiscalização dos serviços de instalação;
- Realizar validação técnica com o condomínio sobre os locais de instalação;
- Conferir regularidade fiscal e habilitação técnica da empresa vencedora;
- Garantir a disponibilidade orçamentária.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, § 1º, XI, Lei 14.133/2021)**

### **11.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes diretamente ligadas ao objeto.**

11.2 A aquisição é pontual e autônoma, relacionada apenas à adequação obrigatória do sistema de detecção de incêndio da sede.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (Art. 18, § 1º, XII, Lei 14.133/2021)**

### **12.1 Os impactos ambientais são mínimos.**

12.2 As medidas mitigadoras incluem:

- Destinação ambientalmente adequada de materiais substituídos (se houver);
- Preferência por fornecedores que adotem políticas de logística reversa e descarte correto de resíduos eletrônicos;
- Uso de equipamentos de baixo consumo de energia, conforme as normas de eficiência do fabricante.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (Art. 18, § 1º, XIII, Lei 14.133/2021)**

13.1 Após análise técnica e levantamento de mercado, conclui-se que a **contratação é adequada, necessária e vantajosa** para o CFESS, garantindo segurança, conformidade e eficiência operacional.

13.2 Essa adequação é de suma importância para a segurança das pessoas que ali trabalham e para segurança patrimonial, devendo seguir assim as normas condominiais e de prevenção contra incêndios.

**Keliane Souza de Jesus**  
Coordenadora Administrativo-Financeiro  
Conselho Federal de Serviço Social

**Minuta**

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CFESS Nº \*\*/2026**

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E A EMPRESA \*\*\*, ADOTANDO-SE O REGIME DA LEI N. 14.133/2021**

O **Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**, autarquia federal, regulamentado pela Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, com sede no SHS, Quadra 6, Complexo Brasil 21, Bloco E, Sala 2001, CEP- 70322-915, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 33.874.330/0001-65, neste ato representado por sua Conselheira Presidenta **Kelly Rodrigues Melatti**, brasileira, assistente social, portadora da Cédula de Identidade RG n.º \*\*\* e do CPF n.º \*\*\*, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro a empresa \*\*\*, com sede na cidade de \*\*\*, CEP: \*\*\*, inscrita no CNPJ n.º \*\*\*, neste ato representada por \*\*\*, portador do CPF n.º \*\*\*, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo nº 5/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.002/2026, e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente documento diz respeito à aquisição e instalação de 15 (quinze) detectores de fumaça compatíveis com o sistema central do Complexo Brasil 21.

1.2. A contratação visa ao atendimento da notificação realizada pelo condomínio do edifício quanto à necessidade de adequação do sistema de detecção de incêndio, mediante a instalação de detectores de fumaça em 15 (quinze) salas da sede que ainda não dispõem desses equipamentos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e está vinculado à completa execução e recebimento definitivo do objeto, conforme estabelece o Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo para a execução física do objeto — que inclui a entrega, instalação e testes de aceitação dos 15 (quinze) detectores de fumaça — será de até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.

2.3. Na hipótese de o objeto não ser concluído no prazo de execução estabelecido no item 2.2 por razões alheias à vontade da Administração, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado pelo tempo necessário à sua completa conclusão, na forma do Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1. A execução deverá ser planejada de modo a não comprometer o funcionamento do sistema de segurança, devendo a CONTRATADA comunicar previamente eventuais necessidades de interrupção.

2.4. A prorrogação de que trata o item 2.3 deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade superior.

2.5 Se o atraso na execução decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA, deverá ser aplicada a penalidade cabível, sem prejuízo da prorrogação do prazo de vigência para o recebimento definitivo do objeto.

2.6 O prazo de vigência contratual será mantido ou prorrogado pelo tempo necessário para o cumprimento das obrigações acessórias remanescentes, como a liquidação da despesa, a realização do pagamento final e a fiscalização final do bem instalado, conforme previsto no Art. 106, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.7 O prazo de execução previsto no item 2.2 poderá ser alterado (prorrogado ou reduzido) por meio de termo aditivo ou apostilamento, observadas as disposições do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes hipóteses, devidamente justificadas:

- a) Modificação do projeto ou das especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível que retarde a execução;
- c) Interrupção da execução do contrato por ordem ou conveniência da Administração;
- d) Atraso de pagamento pela Administração por prazo superior a 90 (noventa) dias; ou
- e) Omissão ou atraso da Administração que interfira diretamente no cronograma.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**3.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.**

3.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.7.2 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

3.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

3.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação do prazo de vigência para a **conclusão do objeto** (Art. 111) ou para o cumprimento das obrigações remanescentes (Art. 106, § 1º).

3.7.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

3.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.9.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.9.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.10 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação do prazo de vigência para a **conclusão do objeto** (Art. 111) ou para o cumprimento das obrigações remanescentes (Art. 106, § 1º).

3.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.12 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 **O valor total do contrato é de R\$ \*\*\* (\*\*\*).**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor total indicado no item 5.1 refere-se ao preço global e final para a completa execução do objeto.

5.4 Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da **entrega, instalação e aceite definitivo do objeto**, na forma e cronograma de medição definidos na Cláusula Sexta (Pagamento).

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (ART. 92, V)**

7.1. Os preços contratados são **fixos e irrevogáveis** durante todo o prazo de vigência, em razão da natureza do objeto e da duração contratual não superior a 12 (doze) meses.

7.2. A revisão do contrato para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será admitida, mediante requerimento da CONTRATADA, nos termos e condições do Art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 dias.

8.12 Comunicar à CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.1.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.10 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

## **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)**

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

- 12.2.1. **Advertência**, aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.2. **Multa moratória** de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, configurando inexecução total da obrigação, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
- 12.2.3. **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.2.5. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo de até 3 (três) anos, com registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, no caso da Administração Pública Federal, também no SICAF, com efeitos em âmbito nacional;
- 12.2.6. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, a qual somente será concedida após ressarcimento integral dos prejuízos causados e decorrido o prazo mínimo de 3 (três) anos, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será precedida de **processo administrativo** que assegure à **CONTRATADA** o **contraditório e a ampla defesa**, observado o procedimento previsto no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**, incluindo seus parágrafos, e, de forma subsidiária, na **Lei nº 9.784/1999** ou na legislação federal específica que discipline o processo administrativo. O prazo para apresentação de defesa será de **no mínimo 15 (quinze) dias úteis** quando se tratar da aplicação de multa, contado a partir da notificação.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos arts. 155 e 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as empresas ou profissionais que:

12.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos ou contribuições de qualquer natureza;

12.7.2. tenham praticado atos ilícitos com o objetivo de frustrar o caráter competitivo da licitação, dificultar ou fraudar sua execução ou obter vantagem indevida;

12.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em razão de atos ilícitos praticados que tornem inconveniente ou desaconselhável sua contratação.

12.8. A autoridade competente, ao aplicar as sanções previstas nesta contratação, deverá considerar a gravidade da infração, as circunstâncias do fato, a extensão do dano causado à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e o caráter educativo da penalidade, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da finalidade pública, nos termos dos arts. 156, §1º, 158 e 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.9. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, produzindo efeitos em âmbito nacional, e, no âmbito da Administração Pública Federal, também no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para fins de controle e consulta pelos demais órgãos e entidades.

12.10. O atraso na execução do objeto do contrato superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a **rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas**, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Item.

12.11. Aplicam-se também as disposições da Lei nº 14.133/2021 **não explicitamente mencionadas neste instrumento**, bem como quaisquer outras normas correlatas que disciplinem sanções, procedimentos administrativos, reabilitação ou responsabilidades da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

13.1 A extinção natural do Contrato ocorrerá com o cumprimento integral do seu objeto (aquisição, instalação e recebimento definitivo do bem) e após a satisfação de todas as obrigações acessórias, como o pagamento e a prestação de garantia, nos termos do Art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O Contrato poderá ser extinto antes da sua conclusão, nos termos do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

a) **Determinada por Ato Unilateral e Escrito da Administração** (Rescisão Unilateral), total ou parcial, mediante comprovação de um dos motivos previstos no Art. 137, § 1º, e após a observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos do Art. 139.

b) **Amigável**, por acordo entre as partes, mediante indenização e desde que haja conveniência para a Administração, conforme Art. 137, § 2º.

c) **Judicial**, nos termos da legislação processual civil.

13.3 Aplicam-se à extinção contratual por rescisão as disposições dos Arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, no que couber, especialmente quanto aos direitos da Contratada em caso de rescisão unilateral pela Administração sem culpa do Contratado (Art. 139, § 2º).



13.4 A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.5 Caso a operação implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para a alteração subjetiva do contrato, desde que mantida a capacidade técnica e econômica da sucessora.

13.6 O Termo de Rescisão ou o ato que a formalizará será, sempre que possível, precedido de balanço do que foi cumprido e não cumprido, relação de pagamentos devidos, e a indicação de indenizações e multas aplicáveis, conforme o Art. 137, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

13.7 A extinção do contrato não impede o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro porventura existente, hipótese em que será concedida a indenização correspondente por meio de termo indenizatório próprio, nos termos do Art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos especificados na dotação a seguir discriminada:

- **Conta:** 6.2.2.1.1.01.04.03.001.012 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações;
- **Centro de Custo:** 02.01.01.01 - ATIVIDADE - Gestão Financeira e Administrativa do CFESS;

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)**

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Circunscrição de Brasília – DF, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2 Lido e achado conforme entre as partes e por estarem assim justos e contratados, lavrou-se este contrato em 2 (duas) vias de igual teor que vai per todos assinados, atendidas as formalidades legais, para que produza os efeitos de direitos.

Brasília, na data de assinatura

**KELLY RODRIGUES MELATTI**  
Conselho Federal de Serviço Social  
Conselheira Presidenta  
CONTRATANTE

**XXXXX**  
CONTRATADA